



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DOS
MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS LOCALIZADOS NA REGIÃO
METROPOLITANADO RECIFE E NAS MICRORREGIÕES VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO E VALE DO IPOJUCA , COMPARATIVAMENTE AO MODELO COSO -
ERM .**

IVSON GUEDES DE OLIVEIRA NASCIMENTO

RECIFE

2023

IVSON GUEDES DE OLIVEIRA NASCIMENTO

**ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DOS
MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS LOCALIZADOS NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE E NAS MICRORREGIÕES VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO E VALE DO IPOJUCA , COMPARATIVAMENTE AO MODELO COSO-
ERM .**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jeronymo José Libonati

RECIFE
2023

**ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DOS
MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS LOCALIZADOS NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE E NAS MICRORREGIÕES VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO E VALE DO IPOJUCA, COMPARATIVAMENTE AO MODELO COSO-
ERM .**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis e Atuariais da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jeronymo José Libonati
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio de Araújo Wanderley
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco

RECIFE
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nascimento, Ivson Guedes de Oliveira.

Análise da estruturação dos controles internos dos municípios pernambucanos localizados na região metropolitana do Recife e nas microrregiões Vitória de Santo Antão e Vale do Ipojuca, comparativamente ao modelo COSO-ERM. / Ivson Guedes de Oliveira Nascimento, - Recife, 2023.

54 : il., tab.

Orientador(a): Jeronymo José Libonati

Cooorientador(a): Cláudio de Araújo Wanderley

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Contabilidade. 2. Controladoria Governamental. 3. Contabilidade Governamental. 4. Controle Gerencial nas Organizações. I. Libonati, Jeronymo José. (Orientação). II. Wanderley, Cláudio de Araújo. (Cooorientação). III. Título

**ANÁLISE DA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DOS
MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS LOCALIZADOS NA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE E NAS MICRORREGIÕES VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO E VALE DO IPOJUCA, COMPARATIVAMENTE AO MODELO COSO-
ERM .**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Contábeis e Atuariais da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 04 de maio de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jeronimo José Libonati
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cláudio de Araújo Wanderley
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dr. Raimundo Nonato Rodrigues
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a estrutura dos controles internos dos municípios pernambucanos localizados na região metropolitana e as microrregiões de Vitória de Santo Antão e Vale do Ipojuca. E para isso, um questionário, formulado por estudo anterior, foi enviado para os 35 municípios que integram as regiões abordadas. Com foco nas estruturas do controle interno implementado pelo COSO-ERM o questionário foi composto por 20 perguntas acerca das premissas do framework COSO-ERM que possui, atualmente, 5 itens em sua estrutura que são: Governança e Cultura; Estratégia e Definição de Objetivos; Desempenho; Revisão; Informação, Comunicação e Reporte. A metodologia se deu a partir da pesquisa descritiva, exploratória e como forma de coleta de dados utilizou-se o método survey. O resultado alcançado constatou que os municípios pesquisados demonstraram que a média na área de concordância ao modelo COSO (AC) é de 61,23%, na área neutra em 17,26% (N) e 21,51% na área de discordância (AD).

Palavras-chave: controle interno, framework COSO-ERM , municípios pernambucanos.

ABSTRACT

This research aims to analyze the structure of internal controls in the Pernambuco municipalities located in the metropolitan region and the micro-regions Vitória de Santo Antão, Vale do Ipojuca. And for that, a questionnaire, formulated by a previous study, was sent to the 35 municipalities that are part of the approached regions. Focusing on the internal control structures implemented by COSO-ERM, the questionnaire consisted of 20 questions about the assumptions of the COSO-ERM framework, which currently has 5 items in its structure, which are: Governance and Culture; Strategy and Goal Setting; Performance; Revision; Information, Communication and Reporting. The methodology was based on descriptive, exploratory research and as a form of data collection, the survey method was used. The result achieved found that the municipalities surveyed showed that the average in the area of agreement (AC) is 61.23%, in the neutral area in 17.26% (N) and 21.51% in the area of disagreement (AD).

Keywords: internal control, COSO-ERM framework, Pernambuco municipalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dimensões do Modelo	15
Figura 2- Estrutura de Gerenciamento de Riscos Corporativos	15
Figura 3 - Boxplot Governança	22
Figura 4 – Boxplot Estratégia e Definição de Objetivos	24
Figura 5 – Boxplot Desempenho	26
Figura 6 - Boxplot Revisão	27
Figura 7 - Boxplot Informação	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Municípios Objeto de Estudo da Pesquisa	20
Quadro 2 - Municípios com até 50.000 Habitantes	37
Quadro 3- Municípios entre 50.001 e 100.000 mil Habitantes	38
Quadro 4 - Municípios entre 100.001 e 300.000 mil Habitantes	40
Quadro 5 - Municípios entre 300.001 e 500.000 mil Habitantes	41
Quadro 6 - Municípios Acima de 500.001 mil Habitantes	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Cultura e Governança	21
Gráfico 2- Estratégia e Definição de Objetivos	23
Gráfico 3- Desempenho	25
Gráfico 4 - Revisão	26
Gráfico 5– Informação	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Adesão geral ao framework COSO-ERM 2020	30
Tabela 2- Adesão Geral ao Framework COSO-ERM	31
Tabela 3- Apuração dos resultados	32
Tabela 4- Apuração dos Resultados	33
Tabela 5- Apuração dos Resultados	34
Tabela 6 - Apuração dos Resultados	35
Tabela 7- Apuração dos Resultados	36
Tabela 8- Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020	36
Tabela 9- Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020	38
Tabela 10 - Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020	39
Tabela 11 - Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020	40
Tabela 12 - Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020	41

SIGLAS

TCE/PE	Tribunal de Contas de Pernambuco
COSO-ERM	Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission – Enterprise Risk Management
CNN	Cable News Network
OSS	Organização Social de Saúde
AAA	American Accounting Association
AICPA	Certified Public Accountants
FEI	Financial Executives International
IMA	Institute of Managements Accountants
IIA	The Institute of Internal Auditors
LAI	Lei de Acesso à Informação

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	10
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo Geral:	12
1.3.2 Objetivos Específicos:	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 COSO- ERM	14
2.2 DEFINIÇÃO DE CONTROLE INTERNO	16
3. METODOLOGIA	18
3.2 TRATAMENTO DOS DADOS	21
3.2.1 Cultura e Governança	21
3.2.2 Estratégia e Definição de Objetivos	23
3.2.3 Desempenho	25
3.2.4 Revisão	26
3.2.5 Informação	28
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
4.1 RESULTADOS POR TÓPICOS	32
4.1.1 Cultura E Governança	32
4.1.2 Estratégia E Definição De Objeto	33
4.1.3 Desempenho	34
4.1.4 Revisão	35
4.1.5 Informação, Comunicação E Reporte	36
4.2 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50.000 HABITANTES	36
4.3 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 50.001 e 100.000 HABITANTES	38
4.4 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 100.001 e 300.000 HABITANTES	39
4.5 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 300.001 E 500.000 HABITANTES	40
4.6 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 500.001 HABITANTES	41
5. CONCLUSÕES	42
REFERÊNCIAS	44

APÊNDICES	47
------------------------	----

1.INTRODUÇÃO

No ano de 2021 os municípios pernambucanos abrangidos por essa pesquisa registraram receitas que somam aproximadamente 15 bilhões de reais, segundo levantamento no Tribunal de Contas de Pernambuco - TCE/PE, responsável, à luz da constituição no seu artigo 70 parágrafo único, que “prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos” (CF, 1988), de receber a prestação de contas dos municípios em Pernambuco. Logo cada município, também, possui seus controles internos para que esses recursos sejam aplicados em benefício da sociedade promovendo, assim, o que chamamos de bem estar social.

Para uma melhor eficiência na gestão pública, é necessário um maior controle nas ações dos administradores. Para (Oliveira, 2015) há várias formas de controlar essas ações, dos gestores municipais, tendo em vista a boa utilização dos recursos públicos, como por exemplo, o controle social, por órgãos interno e externo. A primeira forma de controle é realizada por toda a sociedade que obtém informações de gastos e investimento por meio da Lei de acesso à informação de 2011, portais de transparências, etc; a segunda é de competência dos órgãos internos que possuem suas estruturas de controle; e a terceira é feita por órgãos fora do poder, que nos municípios de Pernambuco é exercido pelo Tribunal de contas de Pernambuco - TCE-PE, a forma de controle estabelecido por lei.

Os mecanismos de controle tem tido uma evolução contínua ao longo da história a tal ponto que, atualmente, existe uma prática consolidada e de referência internacional que foi criada nos EUA em 1985 por grandes organizações, inicialmente, como um comitê sobre estudo de documentos financeiros falsos e logo depois passou a ser adotada em todo mundo como uma metodologia de boas práticas para controle de uma organização, seja ela pública ou privada. Logo, o Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission – Enterprise Risk Management (COSO-ERM) é adotado em várias tipos de organizações em todo mundo e define (Rhoden et al,2019) que um de seus principais objetivos é ser uma ferramenta de controle capaz de ajudar a administração em obter suas metas e se proteger dos potenciais riscos para que assim possa ter o resultado que foi planejado.

Fica evidente, então, que o COSO tem um foco muito forte no controle interno das organizações a partir do gerenciamento de riscos e segundo os autores Menezes *et al.*, (2015)

a principal forma para minimizar os riscos é modernizando os atuais controles internos. Ainda segundo os referidos autores, a função dos controles internos é garantir que a administração possa dar uma rápida solução aos riscos para que a organização não seja afetada.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

As gestões públicas municipais enfrentam diversos desafios diários que nem sempre seus gestores possuem capacidade técnica para resolvê-los. São temas como economia, saúde, segurança, educação, etc, para atender demandas e combiná-las às práticas determinadas no limite da lei, então é nesse contexto que o controle interno dos municípios precisa ser estudado e analisado se atendem a estrutura desenvolvida pelo COSO (2020).

A pesquisa tem como principal fonte os questionamentos do estudo feito por Ribeiro (2022) que trouxe aos olhos da sociedade a “avaliação dos determinantes dos níveis de maturidade de gerenciamento de riscos de municípios brasileiros” e com isso enriqueceu o debate em torno do gerenciamento de riscos nos municípios que é monitorado pelo controle interno. Ficou evidente para o referido autor que ainda há poucos estudos sobre o tema em questão, principalmente no cenário das empresas públicas.

Então o cerne da questão nessa pesquisa é saber se os controles internos dos municípios pernambucanos participantes dessa amostra atendem a estrutura proposta pelo modelo internacional COSO-ERM. Ferreira (2013) encontrou em seus estudos diversos apoio nos autores, MOELLER, 2004; FARRELL, 2004; PALFI e BOȚA-AVRAM (2009); STEFĂNESCU, MURESAN e BOȚA-AVRAM (2010) afirmando que o COSO se sobressai em relação a outras metodologia de controle interno.

Partindo de todos esses estudos é que surge a necessidade de investigar ainda mais como funcionam os controles internos na amostra de municípios pernambucanos e contribuir, através desse estudo, para o amadurecimento do gerenciamento nos órgãos públicos. Esse estudo ainda encontrou apoio em outro estudo em andamento do Prof. Jeronimo José Libonati que tem por objetivo contribuir para o processo de accountability e dar instrumentos para os gestores em suas decisões.

Diante o exposto surge carência de entender ainda mais como funcionam os controles internos dos municípios e se estão adequados ao modelo internacional COSO-ERM, verificando, assim, os mecanismos de controle praticados nesses órgãos.

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo em questão se justifica ao identificar se a estruturação dos controles internos, dos municípios pernambucanos que fazem parte dessa amostra, estão de acordo com práticas de controle que vêm sendo adotadas por organizações internacionais com o propósito de fortalecer o nível de segurança que a sociedade credita aos seus gestores municipais.

O tema do trabalho tem sua relevância para a sociedade, pois não são raros os casos de má gestão, desvios de recursos e corrupção nos municípios pernambucanos. Um exemplo claro disso é evidenciado em matéria jornalística de Otoboni (2020) que coloca dois municípios que estão dentro da amostra deste estudo numa investigação da polícia federal sobre uma “contratação de Organização Social de Saúde (OSS) para gerenciamento de serviços de saúde pelas Prefeituras do Recife/PE e de Jaboatão dos Guararapes/PE, através das respectivas Secretarias de Saúde”, que segundo as investigações apontam para desvios de recursos na pandemia do COVID-19.

De modo que toda contribuição que vise um aprimoramento dos controles internos nos municípios em questão são relevantes para a sociedade, proporcionando uma segurança na gestão dos recursos públicos, melhorando, assim, o atendimento de políticas públicas que possibilitem uma sociedade mais justa e capaz de atender todos os seus habitantes.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral:

Analisar as estruturas dos controles internos de uma amostra dos municípios pernambucanos comparando com o modelo COSO-ERM.

1.3.2 Objetivos Específicos:

- a) Identificar no modelo de COSO-ERM seus componentes e princípios.
- b) Examinar se os municípios da amostra recepcionaram o modelo COSO-ERM em sua gestão após o cálculo do nível de adequação.

c) Comparar a média do nível de adequação dos municípios brasileiros, identificado na pesquisa do Ribeiro (2022) aos municípios pernambucanos selecionados na amostra desta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COSO- ERM

Criado em 1985 o Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission – Enterprise Risk Management - COSO tem contribuído ativamente para grandes questões de gerenciamento, risco e controle das empresas. Atualmente é patrocinada por 5 grandes organizações mundiais, American Accounting Association – AAA; American Institute of Certified Public Accountants (AICPA); Financial Executives International (FEI); Institute of Managements Accountants (IMA); e The Institute of Internal Auditors (IIA). Todas essas organizações reconhecidas internacionalmente se propõem através desse comitê a orientar as corporações a melhorar o desempenho de suas atividades, mitigar os riscos e aprimorar o monitoramento de seus controles internos.

A versão mais recente do Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission – Enterprise Risk Management (2020) manteve a alteração feita no COSO (2017) acerca da estrutura do controle interno. Essa estrutura é compreendida como: Governança e Cultura; Estratégia e Definição de Objetivos; Desempenho; Revisão; Informação, Comunicação e Reporte. E é a partir desses eventos que espera-se que o controle interno dos municípios estudados tenham mantido foco e estruturado suas gestões.

Ribeiro (2022) afirma que o COSO-ERM aprimora a gestão de risco da organização e aumenta as chances de desempenho positivo, examinando os riscos que possam contrariar as metas e objetivos estabelecidos pela estratégia. O referido autor ainda ressalta que o framework faz parte do planejamento da organização e deve ser utilizado em conjunto com as estratégias, missão e valores para que os objetivos sejam alcançados

O entendimento desse modelo é apresentado na figura 1 abaixo, em forma cúbica, com as principais dimensões.

Figura 1- Dimensões do Modelo



Fonte: : COSO Internal Control Framework 2020.

Então, na visão do COSO (2020), para uma maior assertividade das metas da estratégia, o controle interno vai além do controle financeiro e contábil, é importante observar os códigos legais e qualquer regulamento que fundamente o setor trabalhado.

A visão do COSO (2020) para o controle interno pode ser melhor detalhada quando se estuda a definição da estrutura do modelo de gerenciamento de risco proposto pelo comitê. Essa estrutura garante um melhor desempenho das estratégias ao mesmo tempo em que monitora os riscos da gestão que na prática ajuda a diminuir os erros dos órgãos supervisionados pelo controle interno. E essa estrutura compreende, segundo o COSO (2020):

Figura 2- Estrutura de Gerenciamento de Riscos Corporativos



Fonte: Adaptação de Ribeiro (2022) ao modelo COSO-ERM 2017.

- a) Governança e cultura - Busca o compromisso com a organização, definindo a cultura almejada e nesse processo, além de estabelecer valores essenciais, não só desenvolve cada indivíduo participante do processo, como estabelece uma estrutura de risco operacional.
- b) Estratégia e definição de objetivos - Esse é o momento que serve para analisar toda a gestão, definir o apetite sobre o risco, colocar em segundo plano estratégias alternativas e modelar a gestão se alinhando com o planejamento.
- c) Desempenho - Prioriza a identificação dos riscos bem como avaliar sua gravidade e nesse momento é possível implementar respostas capazes de conter os danos.
- d) Revisão - Nesse momento a gestão avalia as mudanças praticadas no desempenho, revisa o desempenho do risco, e busca melhorias que possibilitem a execução do planejamento.
- e) Informação, comunicação e reporte - Para que a estrutura funcione é necessário que toda a organização seja comunicada do seu desempenho. Nesse momento que o gerenciamento de riscos informa, comunica, emite relatórios objetivando não só a cultura do desempenho como também as metas estabelecidas no planejamento.

Fica claro que o COSO (2020) implementa a gestão do controle interno a partir do apetite de risco da organização, a partir disso é possível desenvolver uma estrutura que atenda as necessidades de estratégia da organização.

2.2 DEFINIÇÃO DE CONTROLE INTERNO

O COSO fez sua primeira publicação em 1992, o Internal Control – Integrated Framework, nesse documento o comitê definiu o controle interno da seguinte forma: Um processo, efetuado pelo conselho de administração de uma entidade, administração e outro pessoal, projetado para fornecer garantia razoável sobre a realização de objetivos relativos para operações, relatórios e conformidade. É importante lembrar que o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 13 já orientava como deveria ser praticado o controle interno e segundo sua redação o controle interno deve ser exercido por toda a administração e diz:

O controle, pela chefia competente, da execução dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado; O controle, pelos órgãos próprios de cada sistema, da observância das normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares; O controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria. Fonte: Decreto-Lei nº 200/67.

Para que a gestão municipal tenha sucesso na sua missão, Silva (2002) afirma que a estrutura do controle interno é fundamental para um resultado positivo da gestão no setor público, e, ainda, completa que o setor de controle interno é a conexão entre o cargo máximo de administração do município aos outros órgãos públicos municipais.

Tenório (2007) consegue resumir que o controle interno é uma das etapas da gestão, e pode ser entendido como a soma de vários processos capaz de orientar todas as atividades que foram planejadas para execução e política de gestão fazendo com que todos os níveis se alinhem às estratégias definidas. E conclui que o controle interno tem papel fundamental em tornar a organização mais eficiente, quando consegue assegurar que os procedimentos adotados na etapa de planejamento e na definição de estratégias sejam cumpridos.

Contribuindo com esse mesmo entendimento Martins (2020) afirma que, dentro de uma organização, é possível, através do controle interno, melhorar, não só, os resultados de gerenciamento financeiros, com também, prevenir práticas que possam colocar em risco a organização como corrupção, desperdícios, alocação incorreta de recursos e qualquer comportamento que possam desvirtuar a entidade seja ela pública ou privada.

Sobre a definição, a literatura a respeito do tema é vasta e Peixe (2008) afirma que o controle interno é extremamente necessário para que a alta administração possa saber como vai o desempenho de todos os órgãos, assim como vai o desempenho do próprio órgão de controle interno, Peixe (2008) complementa que o controle interno precisa de ferramentas que possam medir esse desempenho e se os programas estão sendo executados conforme foi programado, evitando que eles sejam desvirtuados de sua missão

Cavalheiro (2007) sugere, ainda, a autoavaliação como sendo uma boa ferramenta do controle interno em medir o desempenho da administração e que baseado nos seus estudos, a função mais importante do controle interno é auxiliar o titular a atingir o objetivo da sua missão, que é o de promover um serviço público de qualidade para a população. O autor afirma, também, que o controle interno precisa modernizar suas técnicas e que além dele ser um órgão de fiscalização e controle, o órgão tem a função de prevenir erros que possam ser cometidos como casos de corrupção sistêmica. Em resumo, o controle interno é o responsável para que uma gestão tenha eficácia e eficiência desejada pelo gestor público.

3. METODOLOGIA

O tipo metodológico que foi utilizado para atender os objetivos da pesquisa é definido por Beuren (2006) como descritiva, pois ela procura evidenciar os hábitos e o domínio de informação da população estudada, que são os controladores dos municípios em questão. Vergara (2000) contribui afirmando que a pesquisa descritiva revela características do grupo estudado bem como descreve seus fenômenos indicando correlações de suas variáveis. Nesse mesmo entendimento Gil (2005) contribui exemplificando que a pesquisa descritiva é aquela que estuda aspectos de determinada população como, por exemplo, o nível de estrutura dos controles internos dos 35 municípios pernambucanos pesquisados através de métodos padronizados de coletas de informações.

A metodologia aplicada, também, de forma exploratória que segundo Vergara (2000) é feita sobre um determinado setor da sociedade que tenha pouca concentração de conhecimento produzido, retratado neste estudo pelos controles internos de alguns municípios pernambucanos. Já para Gil (2005) a pesquisa exploratória busca uma aproximação com o problema fazendo-o mais visível. Ainda segundo o autor, para que o problema fique mais exposto é possível utilizar de várias técnicas como: a) pesquisa bibliográfica do tema; b) entrevista de campo; c) percepção de estudos anteriores e qualquer meio que ilumine a compreensão acerca do tema estudado.

Também foi utilizada a estatística descritiva que tem como propósito tratar os procedimentos que visam captar e organizar os dados (Santos, 2007; Freund, 2009). É uma maneira mais fácil de visualizar a modificação dos dados. Assim como, também, a estatística descritiva é, segundo Costa (2011) um método que tem como objetivo catalogar, identificar, planejar, enunciar, descrever as informações e dados em figuras e imagens visuais como gráficos e tabelas, o que contribui para uma interpretação do fenômeno estudado. E para conseguir uniformizar as informações e dados coletados Pereira (2019) afirma que é através da estatística descritiva que podemos organizar grandes quantidades de dados de forma compactada para tornar mais fácil o trabalho do pesquisador.

Para obter os dados trabalhados nesta pesquisa, foi utilizado o método *survey*, que nos últimos anos, segundo Wright (2019) constatou que com o aumento das interações pela internet houve um crescimento na metodologia aplicada como pesquisa de levantamento (*survey*) que é utilizada neste estudo com o propósito de coletar dados que possam atender o

objetivo da pesquisa. Ainda sobre o *survey*, Mutepfa & Taper (2019) complementam que esse tipo de levantamento de informações é uma estratégia que utiliza algum tipo de convite, entrevista por telefone ou correio eletrônico (internet) com a intenção de coletar dados de forma sistêmica usados para pesquisas quantitativas ou qualitativas.

Foi feito o procedimento de envio de questionários (*survey*), de autoria do pesquisador Ribeiro (2022) feita nacionalmente, para os responsáveis pela gestão pública da controladoria dos 35 municípios pernambucanos selecionados e com a finalidade de dar continuidade ao estudo proposto pelo referido pesquisador e contribuir para o mapeamento dos municípios pernambucanos, as questões seguem à risca o modelo produzido em seu projeto.

O processo de coleta de dados e informações, das 35 controladorias municipais, responsáveis pelo controle interno dos municípios, selecionadas no estado de Pernambuco foi, inicialmente, feito contato através dos e-mails dispostos nos sites de cada município abrangido por essa pesquisa, e mesmo a solicitação sendo feita através Lei 12.527/11, Lei de acesso à informação – LAI (BRASIL, 2011), houve fracasso na maioria no recolhimento das respostas, e, então, iniciou-se um contato por telefone com o secretário da controladoria dos municípios que não responderam aos e-mail dentro do prazo estipulado em lei. Só assim pode-se obter o número de 32 respostas para trabalhar a pesquisa.

Então, os municípios que serão trabalhados para atingir o objetivo deste estudo é apresentado no quadro 1.

Quadro 1- Municípios Objeto de Estudo da Pesquisa

Município	População
Abreu e Lima	100.698
Alagoinha	14.798
Araçoiaba	20.936
Belo Jardim	76.930
Bezerros	60.960
Brejo da Madre de Deus	51.696
Cabo de Santo Agostinho	210.796
Cachoeirinha	20.618
Camaragibe	159.945
Capoeiras	20.048
Caruaru	369.343
Chã de Alegria	13.641
Chã Grande	21.929
Glória do Goitá	30.847
Gravatá	85.309
Igarassu	119.690
Ilha de Itamaracá	27.076
Ipojuca	99.101
Itapissuma	27.144
Jaboatão dos Guararapes	711.330
Jataúba	17.305
Moreno	63.792
Olinda	393.734
Paulista	336.919
Pesqueira	68.067
Poção	11.308
Pombos	27.204
Recife	1.661.017
Riacho das Almas	20.744
Sanharó	27.308
São Bento do Una	60.567
São Caitano	37.488
São Lourenço da Mata	114.910
Tacaimbó	12.843
Vitória de Santo Antão	140.389

Fonte: O Autor (2023)

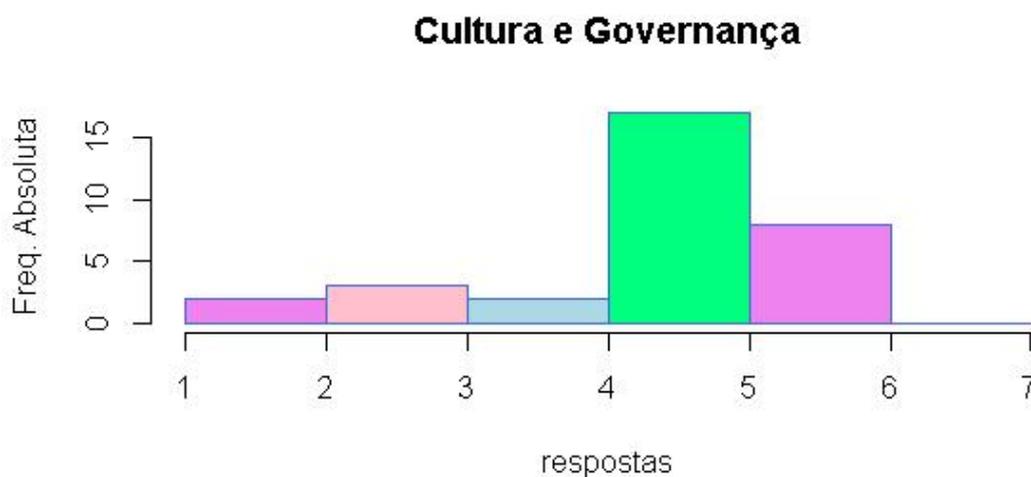
Dados: IBGE (2021)

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Para consistência dos dados foi feita uma inferência estatística e teste T em cada tópico da estrutura do modelo COSO-ERM. Esse tratamento é necessário para verificar se os dados encontrados nesta pesquisa são equivalentes ao resultado do estudo de Ribeiro (2022).

3.2.1 Cultura e Governança

Gráfico 1- Cultura e Governança



Fonte: O Autor (2023)

Onde:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Indiferente/neutro
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

Estatísticas Descritivas:

```
summary(base$CulturaeGovernancax.)
  Min. 1st Qu.  Median    Mean 3rd Qu.    Max.
 1.000  4.000  4.000  3.812  4.250  5.000
```

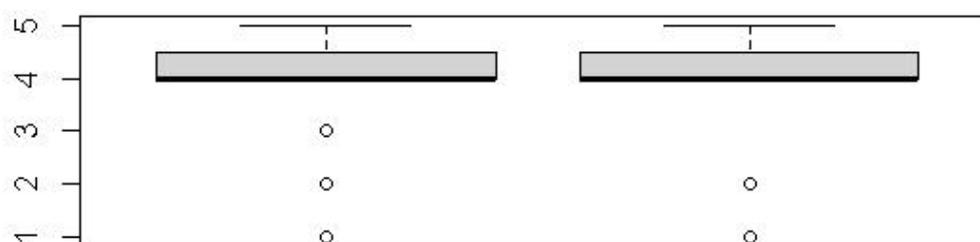
As estatísticas descritivas corroboram com o gráfico 1, a média é próximo a 4 onde a maioria das respostas concordam que possuem os critérios de organização que são essenciais para estabelecer a estrutura de risco operacional, os valores da organização e o

desenvolvimento dos indivíduos. O primeiro quartil é exatamente 4, mostrando que 75% dos valores estão no grupo de municípios que concordam com a afirmação.

Teste T

```
welch Two Sample t-test
data: controle and rib
t = 0.068575, df = 36.304, p-value = 0.9457
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.6577731  0.7038258
sample estimates:
mean of x mean of y
 3.812500  3.789474
```

Figura 3 - Boxplot Governança



Fonte: O Autor (2023)

Como $p > 0,05$, vamos aceitar a H_0 e considerar que os dois grupos apresentam valores que são, em média, estatisticamente iguais, ou seja, os dados coletados pelo autor deste trabalho são consistentes com os dados coletados por Ribeiro (2022). A diferença entre as médias é muito pequena, quase zero, o que equivale a dizer que os grupos apresentam médias iguais. O padrão do intervalo de confiança é 95% (IC 95%) para a diferença entre as médias. Essa é uma informação complementar ao valor de p . Nesse caso, o intervalo de confiança 95% foi de $[-0,6; 0,7]$. O valor zero está incluído nesse intervalo, o que indica que os grupos são estatisticamente iguais.

3.2.2 Estratégia e Definição de Objetivos

Gráfico 2- Estratégia e Definição de Objetivos



Fonte: O Autor (2023)

Onde:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 – Indiferente/neutro
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

Estatísticas Descritivas:

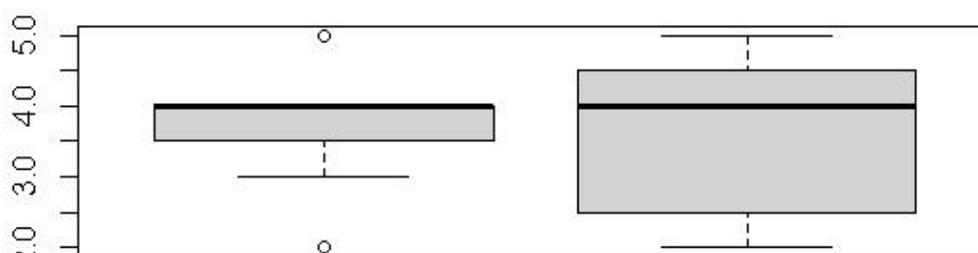
```
summary(base$Estrategiax.)
  Min. 1st Qu.  Median    Mean 3rd Qu.    Max.
 2.000  3.750   4.000   3.812  4.000   5.000
```

Estatísticas descritivas reforçam o que foi visto no gráfico 2, a média é próximo a 4 onde a maioria dos municípios respondentes concorda que possui a estratégia e objetivo alinhados, sendo possível verificar e responder aos riscos. O primeiro quartil possui uma média de 3,7 mostrando que 75% dos valores estão no grupo de municípios que concordam com a afirmação.

Teste T:

```
welch Two sample t-test
data: controle and rib
t = 0.57066, df = 32.528, p-value = 0.5722
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.4644581  0.8263002
sample estimates:
mean of x mean of y
 3.812500  3.631579
```

Figura 4 – Boxplot Estratégia e Definição de Objetivos

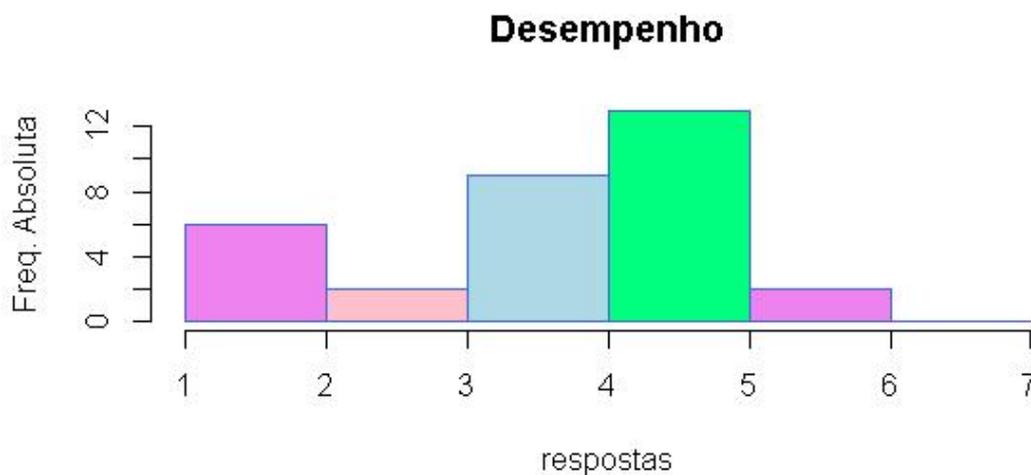


Fonte: O autor (2023)

Assim como no tópico governança, em estratégia e definição de objetivos o $p > 0,05$, então, vamos aceitar a H_0 e considerar que os dois grupos apresentam valores que são, em média, estatisticamente iguais, ou seja os dados coletados pelo autor deste trabalho são consistentes com os dados coletados por Ribeiro (2022). A diferença entre as médias é praticamente zero e por isso pode-se dizer que as médias dos grupos são iguais. O padrão do intervalo de confiança é de 95% (IC 95%) para a diferença entre as médias. Essa é uma informação complementar ao valor de p . Nesse caso, o intervalo de confiança 95% foi de $[-0,4; 0,8]$. Observe que o valor zero está incluído nesse intervalo, o que indica que os grupos são estatisticamente iguais.

3.2.3 Desempenho

Gráfico 3-
Desempenho



Fonte O autor (2023)

Onde:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 – Indiferente/neutro
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

Estatísticas Descritivas:

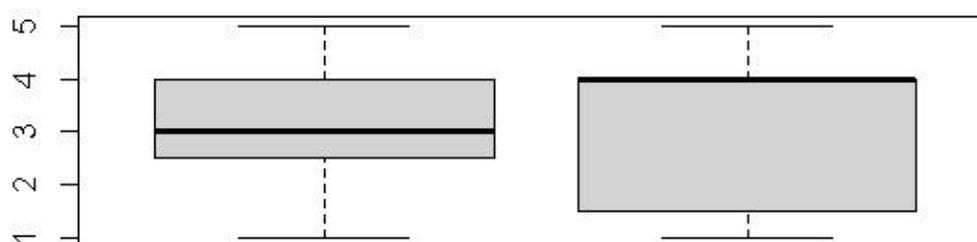
```
summary(base$Desempenhox..)
  Min. 1st Qu.  Median    Mean 3rd Qu.    Max.
 1.000  2.750   3.000   3.094  4.000   5.000
```

No gráfico 3 é possível observar que existem mais valores de concordância parcial, mas as estatísticas dizem que a média é 3 (neutro), e o primeiro quartil diz que 75% dos valores são neutros e discordante, então a variável “Desempenho” que é responsável por implementar respostas capazes de conter os danos decorrente da falta de gerenciamento de riscos, em média, é indiferente para os entrevistados.

Teste T:

```
welch Two sample t-test
data: controle and rib
t = -0.027982, df = 31.806, p-value = 0.9779
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.8497999  0.8267736
sample estimates:
mean of x mean of y
 3.093750  3.105263
```

Figura 5 – Boxplot Desempenho



Fonte: O Autor (2023)

No tópico “Desempenho” o $p > 0,05$, então, é possível aceitar a H_0 e considerar que as duas amostras de dados são estatisticamente iguais. Como a diferença entre as médias é próximo de zero pode-se dizer que as duas amostras apresentam médias iguais. O padrão o intervalo de confiança para a diferença entre as médias é de 95% (IC 95%). Logo o intervalo de confiança de 95% foi de $[-0,8; 0,8]$.

3.2.4 Revisão

Gráfico 4 - Revisão



Fonte: O Autor (2023)

Onde:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Indiferente/neutro
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

Estatísticas Descritivas:

```
summary(base$Revisaox.)
  Min. 1st Qu.  Median    Mean 3rd Qu.    Max.
 1.000  2.750   3.500   3.312  4.000   5.000
```

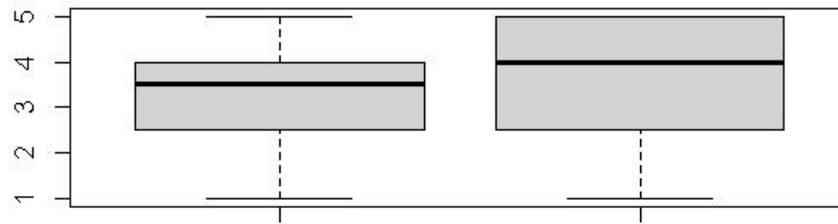
No gráfico 4 pode-se ver que existem mais valores de concordância parcial e total, mas as estatísticas dizem que a média é 3,0 neutro e discordante, e o primeiro quartil diz que 75% dos valores são neutros e discordantes, então a variável revisão, que busca melhorias que possibilitem a execução do planejamento, em média é indiferente para os entrevistados.

Teste T:

```
welch Two sample t-test

data: controle and rib
t = -0.13355, df = 32.715, p-value = 0.8946
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.9080885  0.7962464
sample estimates:
mean of x mean of y
 3.312500  3.368421
```

Figura 6 - Boxplot Revisão

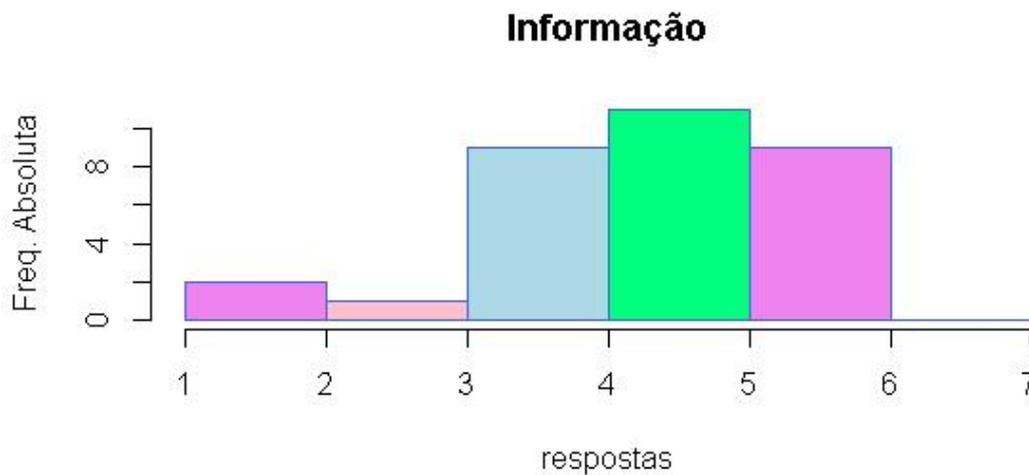


Fonte: O Autor (2023)

O $p > 0,05$, então é possível aceitar a H_0 e considerar que os dois grupos apresentam valores que são, em média, estatisticamente iguais, e que os grupos de dados são consistentes. A diferença das duas médias é próxima de zero, sendo assim, pode-se dizer que as duas médias são iguais. O padrão o intervalo de confiança 95% (IC 95%) para a diferença entre as médias. Logo, o intervalo de confiança 95% foi de $[-0,9; 0,7]$. O valor zero está incluído nesse intervalo, o que indica que os grupos são estatisticamente iguais.

3.2.5 Informação

Gráfico 5– Informação



Fonte: O Autor (2023)

Onde:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Indiferente/neutro
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

Estatísticas Descritivas:

```
summary(base$Informacaox..)
  Min. 1st Qu.  Median    Mean 3rd Qu.    Max.
  1.00   3.00   4.00   3.75   5.00   5.00
```

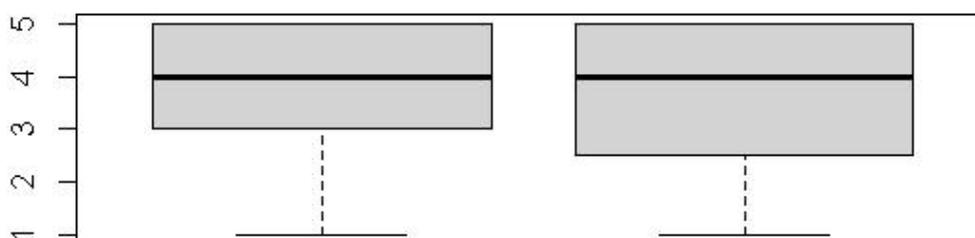
No gráfico 5 pode-se observar que existem mais valores de concordância parcial e total e as estatísticas dizem que em média 3,75 estão na área de concordância. A variável informação, que comunica o desempenho da organização, em média é concordante para os entrevistados.

Teste T:

```
welch Two Sample t-test

data: controle and rib
t = 0.43154, df = 29.687, p-value = 0.6692
alternative hypothesis: true difference in means is not equal to 0
95 percent confidence interval:
 -0.6388092  0.9809144
sample estimates:
mean of x mean of y
 3.750000  3.578947
```

Figura 7 - Boxplot Informação



Fonte: O autor (2023)

Encontrado o $p > 0,05$, pode-se aceitar a H_0 e considerar que os dois grupos apresentam valores que são, em média, estatisticamente iguais, ou seja os dados coletados pelo autor deste trabalho são consistentes com os dados coletados por Ribeiro (2022). A diferença entre as médias é muito pequena quase zero, o que equivale a dizer que os grupos apresentam médias iguais. O padrão o intervalo de confiança 95% (IC 95%) para a diferença entre as médias. Essa é uma informação complementar ao valor de p . Nesse caso, o intervalo de confiança 95% foi de $[-0,6; 0,9]$. Nota-se que o valor zero está incluído nesse intervalo, o que indica que os grupos são estatisticamente iguais

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O que se verifica é o nível de adesão ao modelo COSO-ERM (2020) e, na tabela 2, abaixo, mostrou-se que os 32 municípios que responderam a esse estudo demonstraram o nível de adesão ao modelo proposto pelo Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission – Enterprise Risk Management.

Tabela 1- Adesão geral ao framework COSO-ERM 2020

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2020	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	25,00%	13,12%	61,88%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	16,41%	16,41%	67,18%	100,00%
3. Desempenho	26,04%	25,00%	48,96%	100,00%
4. Revisão	26,56%	17,19%	56,25%	100,00%
5. Informação, Comunicação e Reporte	13,54%	14,58%	71,88%	100,00%
MÉDIA GERAL	21,51%	17,26%	61,23%	100,00%

Fonte: O autor (2023)

Nota: a) AD = Áreas de Discordância; N = Neutra; AC = Áreas de Concordância

No tópico “Governança e cultura” os dados mostram que a área de concordância chega a 61,88% dos municípios examinados, e 13,12% tiveram posição neutra em relação ao tema, enquanto 25,00% ficaram na área de discordância.

Para o tópico "Estratégia e Definição de Objetivos" os municípios alcançados por esse estudo demonstram que a área de concordância é de 67,18%, a região neutra corresponde a 16,41%, e a área de discordância, também, fixou ponto em 16,41%.

Em relação ao ponto que aborda o “Desempenho”, os municípios analisados que responderam à pesquisa registraram 48,96% na área de concordância, quanto a região neutra da questão alcançou uma posição 25,00%, e a área de discordância representou 26,04% dos municípios respondentes, com destaque para a região neutra e de discordância que representam juntas 51,04%.

Para o item “Revisão” 56,25%, dos 32 municípios que responderam ao questionário, apontou para a área de concordância, 17,19% fixaram suas respostas na região neutra e 26,56% responderam na área de discordância.

Já no item “Informação, Comunicação e Reporte” 63,23% dos municípios responderam o quesito na área de concordância, 14,58% na região neutra e apenas 13,54% fixaram suas respostas na região de discordância.

Ficou demonstrado que a média geral do estudo fluem na mesma direção que os encontrados por Ribeiro (2022) e que é apresentado na tabela 2. A região da área de discordância (AD) e área neutra (N), somam 38,77% dos municípios que responderam a esta pesquisa e que, também, não estão em conformidade com a orientação do COSO (2020). No contraponto, temos 61,23% desses municípios que possuem uma adesão de estrutura em relação ao COSO (2020).

É possível observar, também, que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco TCE-PE tem orientado os municípios pernambucanos às boas práticas da gestão pública. Observa-se esse fato através do portal do tribunal que mantém uma lista de recomendações para os gestores de órgãos públicos e que prestam contas ao TCE-PE. Essas observações do tribunal tendem a cooperar para a boa gestão dos recursos públicos dos municípios pernambucanos.

Em comparação com estudo anterior, feito a nível nacional e com a participação de 207 respostas, Ribeiro (2022) evidencia através da sua pesquisa, demonstrado na tabela 2, que, a adesão ao modelo COSO-ERM tem atingido uma área de concordância de 53,77%, em toda sua estrutura, enquanto que no presente estudo é constatado, na tabela 1, uma área de concordância de 61,23%.

Tabela 2- Adesão Geral ao Framework COSO-ERM

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2017	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	33,14%	9,37%	57,49%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	10,70%	23,20%	66,10%	100,00%
3. Desempenho	42,13%	15,85%	42,02%	100,00%
4. Revisão	38,16%	14,50%	47,34%	100,00%
5. Informação, Comunicação e Reporte	23,67%	9,50%	66,83%	100,00%
MÉDIA GERAL	33,94%	12,28%	53,77%	100,00%

Fonte: Ribeiro (2022)

A apuração por quesito, do estudo atual, é apresentada, na íntegra, abaixo, para uma melhor visualização dos resultados.

4.1 RESULTADOS POR TÓPICOS

4.1.1 Cultura E Governança

As questões de 1 a 5, apresentadas a seguir, fazem parte da “Cultura e Governança” dentro da estrutura proposta pelo modelo COSO-ERM.

Tabela 3- Apuração dos resultados

Questão	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. As responsabilidades dos membros da unidade em que atua são bem definidas, através de documento que trate da delegação de autoridades e responsabilidades dos cargos, como código de ética e código de conduta, e estão bem disseminados entre os servidores.	15,60%	6,30%	78,10%	100%
2 Na unidade em que atua a missão, visão e valores da organização são formalizados e conhecidos pelos servidores.	9,40%	12,50%	78,10%	100%
3. No Município as práticas de Recursos Humanos incentivam o aperfeiçoamento e desenvolvimento em gestão de riscos, através de treinamentos e capacitações.	25,00%	6,25%	68,75%	100%
4. Boas práticas de gestão de riscos são compartilhadas na instituição com regularidade.	28,10%	9,4%	62,50%	100%
5. Existe algum normativo que regulamente uma política de gerenciamento de riscos.	47,00%	31,00%	22,00%	100%

Fonte: O Autor (2023)

Nota: a) AD = Áreas de Discordância; N = Neutra; AC = Áreas de Concordância

A governança e cultura é responsável, dentre outras funções, por estabelecer uma estrutura de risco operacional e quando confrontados se “Existe algum normativo que regulamente

uma política de gerenciamento de riscos”, na pergunta 5, as respostas somadas da área de discordância e neutra apresentaram uma média de 78%.

4.1.2 Estratégia E Definição De Objeto

Para representar o tópico de “Estratégia e Definição de Objeto”, de acordo com a estrutura do modelo COSO-ERM, as perguntas estão elencadas nos números 6 a 9.

Tabela 4- Apuração dos Resultados

Questão	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
6. Na sua visão, há ampla divulgação e compartilhamento entre os colaboradores dos objetivos estratégicos (em relação à saúde, educação, desenvolvimento econômico, segurança, cultura e lazer, etc.) estabelecidos para o município.	15,60%	9,40%	75,00%	100%
7. Os objetivos são alinhados aos níveis dos riscos, vale dizer, dentro do apetite a risco definido e das variações aceitáveis no desempenho do Município.	18,75%	25,00%	56,25%	100%
8. É prática de a instituição realizar reuniões para identificar e administrar os riscos capazes de comprometer o atingimento dos objetivos.	12,50%	12,50%	75,00%	100%
9. A alta gestão avalia regularmente o mapa de riscos e implicações financeiras.	18,75%	18,75%	62,50%	100%

Fonte: O Autor (2023)

Nota: a) AD = Áreas de Discordância; N = Neutra; AC = Áreas de Concordância

Quase todas as respostas estão acima da frequência dos 60%, na área de concordância, exceto quando os entrevistados foram questionados, na pergunta 7, se “Os objetivos são alinhados aos níveis dos riscos, vale dizer, dentro do apetite a risco definido e das variações

aceitáveis no desempenho do Município”, quando a resposta é de 56,25%. Esse tópico, dentre outros aspectos, representa o apetite sobre os riscos da organização.

4.1.3 Desempenho

O tópico “Desempenho” é tratado nesta pesquisa pelas questões de 10 até 15, seguindo o modelo COSO-ERM como referência.

Tabela 5- Apuração dos Resultados

Questão	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
10. Utilizam-se medições associadas do desempenho institucional ao gerenciamento de riscos.	25,00%	28,10%	46,90%	100%
11. O Município considera técnicas de identificação de eventos, examinando tanto o pretérito (situações do passado) quanto potenciais eventos futuro para identificar riscos e análise de cenários.	28,10%	15,60%	56,30%	100%
12. Existe uma matriz de riscos, onde são apresentados os tipos de riscos, a probabilidade das ocorrências e impactos desses riscos, a identificação de ações para evitar esses riscos e os responsáveis por essas ações.	34,40%	28,10%	37,50%	100%
13. Existe a identificação e tratamento dos riscos identificados. Quais sejam, evitando, aceitando, compartilhando ou reduzindo estes riscos.	21,90%	21,90%	56,20%	100%
14. As práticas de gerenciamento de riscos utilizadas no Município são capazes de promover a redução de custos por meio do desenvolvimento de sinergias entre unidades e departamentos da prefeitura	18,75%	18,75%	62,50%	100%
15. A gerência de riscos é estimulada pela alta gestão e reconhecida com algum tipo de estímulo/recompensa.	28,10%	37,50%	34,40%	100%

Fonte: O Autor (2023)

Nota: a) AD = Áreas de Discordância; N = Neutra; AC = Áreas de Concordância

No tópico “Desempenho”, responsável pelas alternativas e implementação das respostas aos riscos dentro da organização, houve uma maior distribuição na frequência das respostas, em relação aos tópicos anteriores.

4.1.4 Revisão

Sobre a perspectiva da “Revisão” e de acordo com o modelo COSO-ERM para estrutura do controle interno é que são feitas as perguntas de 16 e 17.

Tabela 6 - Apuração dos Resultados

Questão	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
16. Existem mecanismos de avaliação contínua (monitoramento através de reuniões, relatórios, etc.) da qualidade do sistema de gerenciamento de risco, a fim de obter feedback sobre a eficácia do gerenciamento de riscos.	25,00%	25,00%	50,00%	100%
17. Existe protocolo de comunicação para que as deficiências encontradas no monitoramento dos riscos sejam comunicadas aos níveis superiores do Município.	28,10%	9,40%	62,50%	100%

Fonte: O Autor (2023)

Nota: a) AD = Áreas de Discordância; N = Neutra; AC = Áreas de Concordância

Através do tópico “Revisão” é possível propor melhorias na organização e na gestão. Nesse tópico os municípios entrevistados apresentaram frequências nas suas respostas acima de 50% na área de concordância.

4.1.5 Informação, Comunicação E Reporte

No tópico “Informação, Comunicação e Reporte” os respondentes utilizaram as perguntas 18 a 20 para depositarem suas perspectivas sobre esse ponto. Essas perguntas foram formuladas de acordo com o modelo COSO-ERM para controle interno.

Tabela 7- Apuração dos Resultados

Questão	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
18. Com a utilização das ferramentas de gerenciamento de riscos no Município, as leis e os regulamentos aplicáveis são cumpridos com mais facilidade (conformidade).	9,40%	28,10%	62,50%	100%
19. A comunicação da importância e pertinência do gerenciamento de riscos eficaz é transmitida pela alta administração aos demais gestores da Instituição.	18,80%	15,60%	65,60%	100%
20. Há um canal de comunicação com os cidadãos para denúncias sobre corrupção, lavagem de dinheiro ou outros ilícitos.	12,50%	0,00%	87,5%	100%

Fonte: O Autor (2023)

Nota: a) AD = Áreas de Discordância; N = Neutra; AC = Áreas de Concordância

O tópico “Informação, Comunicação e Reporte” mostrou uma proximidade com a frequência máxima, na questão 20 quando perguntado se “Há um canal de comunicação com os cidadãos para denúncias sobre corrupção, lavagem de dinheiro ou outros ilícitos”. A frequência nessa questão foi de 87,50%. É no tópico “Informação, Comunicação e Reporte” que ocorre a distribuição da informação para todos os níveis interno e externo.

4.2 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 50.000 HABITANTES

Seguindo como referência Ribeiro (2022), o estudo é dividido em faixa por números de habitantes. Apresentando, neste tópico, uma tabela com o resumo que possa demonstrar de forma clara, a frequência de respostas por cada item da estrutura do controle interno e dentro do limite da população trabalhada neste tópico que é de até 50.000 habitantes por município.

Tabela 8- Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2020	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	17,14%	21,43%	61,43%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	10,71%	23,21%	66,08%	100,00%
3. Desempenho	19,05%	41,67%	39,28%	100,00%
4. Revisão	17,86%	32,14%	50,00%	100,00%

5. Informação, Comunicação e Reporte	2,38%	23,81%	73,81%	100,00%
MÉDIA GERAL	13,43%	28,45%	58,12%	100,00%

Fonte: O Autor (2023)

No cenário estudado, os municípios têm um comportamento de gestão um pouco acima da média nacional, estudado por Ribeiro (2022), em relação ao COSO (2020). Verifica-se isso a partir da média da área de concordância (AC) que no levantamento nacional é 53,77% e na pesquisa atual é de 58,12%. Um outro ponto relevante, para municípios com até 50.000 habitantes, listados abaixo, no quadro 2, é que a área de discordância (AD) e neutro (N) é um pouco menor, de 41,88%, em relação à média nacional de 46,22%, demonstrado na tabela 2%.

Quadro 2 - Municípios com até 50.000 Habitantes

Município	População
Poção	11.308
Tacaimbó	12.843
Alagoinha	14.798
Jataúba	17.305
Capoeiras	20.048
Riacho das Almas	20.744
Araçoiaba	20.936
Chã Grande	21.929
Ilha de Itamaracá	27.076
Itapissuma	27.144
Pombos	27.204
Sanharó	27.308

Glória do Goitá	30.847
São Caetano	37.488

Fonte: O Autor (2023)
Dados: IBGE 2021

4.3 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 50.001 e 100.000 HABITANTES

A tabela, a seguir, contém os 5 tópicos da estrutura do modelo COSO-ERM e apresenta o resumo dos percentuais do resultado da pesquisa nos municípios entre 50.001 e 100.000 habitantes.

Tabela 9- Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2017	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	22,50%	10,00%	67,50%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	9,38%	6,25%	84,37%	100,00%
3. Desempenho	6,25%	16,67%	77,08%	100,00%
4. Revisão	18,75%	12,50%	68,75%	100,00%
5. Informação, Comunicação e Reporte	0,00%	12,50%	87,50%	100,00%
MÉDIA GERAL	11,38%	11,58%	77,04%	100,00%

Fonte: O Autor (2023)

Para os municípios com população entre 50.001 e 100.000 habitantes listados abaixo, no quadro 3, o nível de adesão dos municípios nesse panorama é bem superior à média nacional, que enquanto na amostra a área de concordância (AC) é de 77,04%, a média nacional ficou em 53,77% e, somado a isso, tem o fato da maioria dos municípios dessa faixa populacional estarem bem avaliadas no índice de transparência do TCE-PE, apresentados no apêndice B. Na soma das áreas de discordância e neutro o percentual é de 22,96% o que, também, representa uma grande diferença em relação ao mesmo cálculo feito em nível nacional por Ribeiro (2022) que é de 46,22%.

Quadro 3- Municípios entre 50.001 e 100.000 mil Habitantes

Município	População
Brejo da Madre de Deus	51.696
São Bento do Una*	60.567
Bezerros*	60.960

Moreno	63.792
Pesqueira	68.067
Belo Jardim	76.930
Gravatá*	85.309
Ipojuca*	99.101

Fonte: O Autor (2023)

Dados: IBGE (2021)

Nota: *coleta de dados extraído de Ribeiro (2022)

4.4 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 100.001 e 300.000 HABITANTES

A tabela abaixo representa os resultados dos municípios entre 100.001 e 300.000 habitantes, os resultados estão apresentados por tópico da estrutura para controle interno seguindo o modelo COSO-ERM.

Tabela 10 - Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2017	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	32,00%	4,00%	64,00%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	35,00%	10,00%	55,00%	100,00%
3. Desempenho	40,00%	13,33%	46,67%	100,00%
4. Revisão	30,00%	0,00%	70,00%	100,00%
5. Informação, Comunicação e Reporte	13,33%	6,67%	80,00%	100,00%
MÉDIA GERAL	30,07%	6,80%	63,13%	100,00%

Fonte: O autor (2023)

Os municípios nessa faixa populacional obtiveram, a partir das respostas, um percentual de adesão ao COSO (2020) em sua área de concordância de 63,13%, enquanto no estudo nacional, o número ficou em 53,77%, e, também, foi constatado que os municípios em questão constam num índice de transparência de moderado a desejado emitido pelo TCE-PE, apresentado no apêndice B. O nível de área de discordância (AD) e neutro (N) do estudo, nesses municípios, que segue no quadro 4, abaixo, como na faixa populacional anterior,

possui uma grande diferença entre eles, enquanto no levantamento atual o percentual somado da área de discordância (AD) e neutro (N) é de 36,87%, no levantamento nacional, evidenciado por Ribeiro (2022), na tabela 2, essa mesma soma é de 46,22%.

Quadro 4 - Municípios entre 100.001 e 300.000 mil Habitantes

Município	População
Abreu e Lima	100.698
São Lourenço da Mata*	114.910
Vitória de Santo Antão	140.389
Camaragibe*	159.945
Cabo de Santo Agostinho*	210.796

Fonte: O autor (2021)
Dados: IBGE 2021

*coleta de dados extraído de Ribeiro (2022)

4.5 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 300.001 E 500.000 HABITANTES

Na tabela 11 é observado os tópicos para estrutura do controle interno segundo o COSO-ERM e neles apresentados o resultado da pesquisa para os municípios com população entre 300.001 e 500.00 habitantes.

Tabela 11 - Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2017	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	26,67%	6,68%	66,67%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	0,00%	33,33%	66,67%	100,00%
3. Desempenho	33,33%	5,56%	61,11%	100,00%
4. Revisão	33,33%	0,00%	66,67%	100,00%
5. Informação, Comunicação e Reporte	22,22%	0,00%	77,78%	100,00%
MÉDIA GERAL	23,11%	9,11%	67,78%	100,00%

Fonte: O Autor (2023)

Seguindo para os municípios com faixa populacional entre 300.001 a 500.000 habitantes os números mostram que a área de concordância (AC) é de 67,78% em comparação

com a média nacional que é de 53,77%. Já para as áreas de discordância (AD) e neutra (N) o percentual médio somado ficou em 32,22% e a média nacional somados é de 46,22%.

Quadro 5 - Municípios entre 300.001 e 500.000 mil Habitantes

Município	População
Paulista	336.919
Caruaru*	369.343
Olinda*	393.734

Fonte: O Autor (2023)

Dados: IBGE 2021

Nota: *coleta de dados extraído de Ribeiro (2022)

4.6 MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 500.001 HABITANTES

Neste último tópico é apresentado o resultado da pesquisa seguindo o modelo COSO-ERM para controle interno dos municípios com população acima de 500.000 habitantes.

Tabela 12 - Adesão Geral ao Framework COSO-ERM 2020

ITEM DO FRAMEWORK COSO-ERM 2017	Frequências (%)			
	AD	N	AC	TOTAL
1. Governança e Cultura	40%	0,00%	60,00%	100,00%
2. Estratégia e Definição de Objetivos	57,14%	0,00%	42,86%	100,00%
3. Desempenho	100%	0,00%	0,00%	100,00%
4. Revisão	100%	0,00%	0,00%	100,00%
5. Informação, Comunicação e Reporte	66,67%	0,00%	33,33%	100,00%
MÉDIA GERAL	72,76%	0,00%	27,24%	100,00%

Fonte: Ribeiro (2022)

Na maior faixa populacional, e conseqüentemente, maior orçamento administrativo, chama atenção para o fato dos respondentes do estudo se posicionarem fortemente entre (AC) e (AD) não posicionando respostas na área neutra da pesquisa. A média geral nacional de área de concordância (AC) evidenciado por Ribeiro (2022) é de 53,77%, área neutra (N) 12,28%, e na área de discordância é de 33,94%, enquanto a média nessa faixa populacional, para a

pesquisa atual, no quadro 6, abaixo, é de 27,24% na área de concordância e 72,76% na área de discordância. Não ficou claro o motivo da discrepância em relação a média de outras cidades, esse fato pode ser melhor pesquisado em futuras investigações.

Quadro 6 - Municípios Acima de 500.001 mil Habitantes

Município	População
Jaboatão dos Guararapes*	711.330
Recife*	1.661.017

Fonte: Ribeiro (2022)

Nota: *coleta de dados extraído de Ribeiro (2022)

5. CONCLUSÕES

Com a intenção em dar continuidade a um estudo nacional, esta pesquisa, também, buscou analisar a estrutura dos controles internos de uma amostra dos municípios de Pernambuco. O número da amostra partiu da divisão do estado de Pernambuco para cinco pesquisadores, então esta pesquisa ficou responsável com 35 municípios, dos quais 32 responderam as questões apresentadas no apêndice A, que estão elencadas de acordo com a estrutura estabelecido para o controle interno e orientado pelo COSO (2020).

A pesquisa contou com o método survey para captação dos dados necessários para o desenvolvimento do estudo, ainda contou com dados de pesquisa anterior, feita nacionalmente, com a mesma linha de investigação. Foi necessário, ainda, comparar os dados para que chegasse a uma conclusão se o nível de adesão dos municípios da amostra pernambucana estão de acordo com a estrutura do controle interno implementada pelo COSO (2020).

A intenção desta pesquisa é de dar continuidade ao estudo iniciado anteriormente e contribuir com a gestão dos recursos públicos, pelas prefeituras, através da investigação da estrutura dos controles internos dos municípios e se eles estão sendo implementados de

acordo com a orientação do modelo internacional COSO-ERM, visto que o modelo é mundialmente referenciado por sua eficiência e eficácia, se aplicados corretamente.

E então, esta pesquisa chegou à conclusão que a amostra de municípios pesquisados alcançou uma frequência percentual para o componente “Governança e Cultura” de 61,88 na área de concordância (AC), de 13,12% na área neutra (N) e de 25,00% na área de discordância (AD). Já no tópico de “Estratégia e Definição de Objetivos” o resultado obtido nesta pesquisa foi de 67,18% (AC), de 16,41 (N) e de 16,41 (AD). Já quanto ao tema “Desempenho” o estudo desenvolvido encontrou os números de 48,96 para (AC), de 25,00% (N) e de 26,04 para (AD). Para o ponto de “Revisão” os dados encontrados são de 56,25% (AC), de 17,19 (N) e de 26,56% (AD). E no ítem “Informação, Comunicação e Reporte” os dados da pesquisas evidenciam que na (AC) o percentual é de 71,88%, na área (N) de 14,58% e na (AD) de 13,54%, conforme apresentado na tabela 1.

Algumas das limitações devem ser expostas para futuras pesquisas, a primeira é a forma de envio de solicitação para órgão públicos, a orientação é que o pedido para responder às questões deste estudo seja solicitado através da Lei de acesso à informação - LAI , assim o gestor dará a devida atenção a solicitação feita. O segundo ponto é o fato das informações serem de auto preenchimento, do responsável pela controladoria ou controle interno do município, e o cenário ideal seria uma reunião, via plataformas digitais, com esse gestor para o pesquisador preencher o formulário e, de acordo com as repostas, interpelar sobre as questões postas, mas para isso o pesquisador deverá ter uma maior disponibilidade de tempo. Como sugestão final, para futuras pesquisas, é preciso incluir no planejamento uma consulta junto ao Tribunal de Contas do Estado, acerca do calendário de obrigações de prestação de contas do município para o tribunal, visto que, esta pesquisa esbarrou no período de entrega da prestação de contas dos municípios ao TCE-PE o que atrasou um pouco a coleta dos dados.

REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Peter L. Desafio aos Deuses: A Fascinante História do Risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 08 p.

Beuren, I. M. (2006). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. São Paulo: Atlas.

BRASIL, LEI nº 12.527, DE 18 de novembro de 2011. Dispõe da lei de acesso a informação, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em 20/03/2023

BUENO, F. S. Grande Dicionário Etimológico – Prosódico da Língua Portuguesa. Santos, São Paulo: Brasília Ltda, 1974. v.7.

CAVALHEIRO, J. B.; FLORES, P. C. A organização do Sistema de Controle Interno Municipal. 4.ed. Porto Alegre: CRCRS, 2007.

COSO ERM 2020. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2020). Disponível em <https://commsrisk.com/new-coso-erm-framework-out-for-comment/> Acesso em: 22/02/2023.

Costa, Paulo Roberto da. Estatística. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Curso Técnico em Automação Industrial, 3. ed., 2011.

CUNHA, Antônio Geraldo da: Dicionário Etimológico da língua portuguesa.

Rio de Janeiro:Lexicon Editora digital Ltda, 2012. 565 p.

FARRELL, J., CPA. Internal controls and managing enterprise-wide risks. The CPA Journal, New York State Society of CPA's, p. 11-12, aug. 2004.

FREUND, John E. **Estatística Aplicada-: Economia, Administração e Contabilidade** . Bookman Editora, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2005, p.46.

<https://cidades.ibge.gov.br/> acesso em 05/03/2023.

<https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/resultado/prefeitura/exercicio-2020> acesso em 10/04/2023.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm acesso em 16/02/2023.

MARTINS, Lucas Almeida. Avaliação das práticas de controle interno e gestão de riscos de prefeituras brasileiras com base no modelo COSO-ERM 2020.

MENEZES, SMM; LIBONATI, JERONYMO JOSÉ; NEVES, TJG Funcionamento dos Controles Internos e o Modelo Utilizado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO): Um Estudo da Percepção dos Gestores da Universidade Federal de Pernambuco. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade** . 2015.

MIRANDA, R. F. A. Implementando a gestão de riscos no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

MOELLER, Robert R. **COSO gerenciamento de riscos corporativos: compreendendo a nova estrutura integrada de ERM** . John Wiley & Filhos, 2007.

Mutepfa, M.M.; Taper, R. (2019) Traditional Survey and Questionnaire Platforms. Em

Mutepfa, M.M.; Taper, R. (2019). Traditional Survey and Questionnaire Platforms. Em P.Liamputtong (Ed.) Handbook of Research Methods in Health Social Sciences. Springer Nature Singapore

NASCENTE, Atenor: Dicionário etimológico resumido. Brasil, Ministério da Educação 1966, 656 p.

OLIVEIRA, Túlio Felix . Avaliação das práticas de gerenciamento de riscos corporativos nos tribunais de justiça estaduais do Brasil sob a ótica do modelo COSO-ERM 2021.

Otoboni J, Prefeitura de Recife é alvo de operação da PF contra desvios na Saúde, CNN, são Paulo 16/09/2020 disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/prefeitura-de-recife-e-alvo-de-operacao-da-policia-federal/>

P.Liamputtong (Ed.) Handbook of Research Methods in Health Social Sciences (pp. 541-558). Springer Nature Singapore

- PALFI, C.; BOȚA-AVRAM, C. Information and Communication in Banks – Key Elements of the Internal Control System – An Empirical Analysis between Romanian, American and Canadian Models of Control. *Annals of the University of Oradea: Economic Science*, v. 3, n. 1, p. 1091-1096, 2009.
- PEIXE, B. C. S. *Finanças Públicas: Controladoria governamental*. Curitiba: Juruá, 2008.
- Pereira, Maytê – *Estatística Descritiva Básica: o que é e para que serve*, 2019.
- RHODEN, Joice Tais et al. Modelo COSO ERM na Avaliação de Sistemas de Controles Internos: Análise em uma indústria de concreto e cerâmica do Vale do Cai/RS. **Pensamento & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 43-63, 2019.
- RIBEIRO, Marcelo Victor de Barros, *Avaliação dos determinantes dos níveis de maturidade de gerenciamento de riscos de municípios brasileiros / Marcelo Victor José de Barros Ribeiro*. – 2022.
- SANTOS, Carla. *Estatística descritiva. Manual de auto-aprendizagem*, v. 2, 2007.
- SILVA, P. G. K. O papel do controle interno na administração pública; *ConTexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1º semestre 2002
- STEFANESCU, C.; MURESAN, M.; BOȚA-AVRAM, C. Monitoring in Credit Institutions – Comparative Approach on Internal Control Systems – The Case of Romania vs. International Models of Control. *The Journal of the Faculty of Economics – Economic, University of Oradea*, v. 1, n. 1, p. 589-594, 2010.
- Tenório, J. G.; *Controle Interno: um estudo sobre sua participação na tomada de decisão de investimento no mercado de capitais brasileiro*, Recife, 2007.
- VERGARA, Sylvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- Wright, K.B. (2019) *Web-Based Survey Methodology*. Em P.Liamputtong (Ed.) *Handbook of Research Methods in Health Social Sciences* (pp. 1339-1352). Springer Nature Singapore

APÊNDICES
APÊNDICE A
DOCUMENTO DE COLETA DE DADOS

Seção 01 – Consentimento e questões para controle dos respondentes sobre os determinantes de Gerenciamento de Riscos nos Municípios Brasileiros.

Ao assinalar a opção “Aceita participar” você atesta o entendimento do objetivo do estudo, sua anuência na participação da pesquisa, além da utilização das suas respostas para alcance dos objetivos.

*Obrigatório

1. Você aceita participar dessa pesquisa? *

() Aceito participar () Não aceito participar

2. Qual função você exerce? *

() Titular ou integrante da Unidade de Controladoria / Controle Interno / Auditoria do Município

Titular ou integrante da Unidade Administrativa do Município

Não exerço as funções acima.¹ _____.

¹Favor especificar a unidade em que atua?

3. Qual o Setor / Unidade do município é responsável pela institucionalização da cultura de Gestão de Riscos? *

Controladoria

Comitê de Gestão de Riscos

Unidade administrativa específica de Gestão de Riscos

Outra unidade ou setor

Não há Caso tenha assinalado a opção "Outra Unidade / Setor" na questão anterior, favor especificá-la? _____.

4. Há quantos anos você é servidor(a) do Município? *

0 até 2 anos

De 2 até 5 anos

De 5 até 10 anos

De 10 a 15 anos, mais de 15 anos.

5. Há quantos anos você exerce a função mencionada na seção anterior? *

De 0 até 2 anos

De 2 até 5 anos

De 5 até 10 anos

De 10 a 15 anos, mais de 15 anos.

6. Em qual Estado você trabalha?

_____.

7. Qual é o município em que você trabalha?

_____.

8. Qual o seu grau de escolaridade?

- a) Superior completo
- b) Superior incompleto
- c) Nível médio
- d) Especialista
- e) Mestrado
- f) Doutorado

9. Qual a sua Área de Conhecimento / Formação Acadêmica? Área de Conhecimento:

- a) Administração
- b) Ciências Contábeis
- c) Direito
- d) Economia
- e) Outra

Seção 2 - Questões para controle dos respondentes sobre os determinantes do gerenciamento de riscos nos municípios brasileiros

***Esta seção tem a finalidade de colher a sua percepção sobre o tema abordado.**

***Entende-se por risco a possibilidade que um evento ocorra e afete de modo adverso o alcance dos objetivos da organização. (COSO, 2004).**

As questões abaixo devem ser classificadas entre: (1) "Discordo totalmente" – (2) "Discordo parcialmente" – (3) "Neutro" – (4) "Concordo parcialmente" – (5) "Concordo totalmente" de acordo com a sua percepção:

Cultura e Governança

1. As responsabilidades dos membros da unidade em que atua são bem definidas, através de documento que trate da delegação de autoridades e responsabilidades dos cargos, como código de ética e código de conduta, e estão bem disseminados entre os servidores.
2. Na unidade em que atua a missão, visão e valores da organização são formalizados e conhecidos pelos servidores.
3. No Município as práticas de Recursos Humanos incentivam o aperfeiçoamento e desenvolvimento em gestão de riscos, através de treinamentos e capacitações.
4. Boas práticas de gestão de riscos são compartilhadas na instituição com regularidade.
5. Existe algum normativo que regulamente uma política de gerenciamento de riscos.

Estratégia e definição de objetivos

6. Na sua visão, há ampla divulgação e compartilhamento entre os colaboradores dos objetivos estratégicos (em relação à saúde, educação, desenvolvimento econômico, segurança, cultura e lazer, etc.) estabelecidos para o município.
7. Os objetivos são alinhados aos níveis dos riscos, vale dizer, dentro do apetite a risco definido e das variações aceitáveis no desempenho do Município.
8. É prática de a instituição realizar reuniões para identificar e administrar os riscos capazes de comprometer o atingimento dos objetivos.
9. A alta gestão avalia regularmente o mapa de riscos e implicações financeiras.

Desempenho

10. Utilizam-se medições associadas do desempenho institucional ao gerenciamento de riscos.
11. O Município considera técnicas de identificação de eventos, examinando tanto o pretérito (situações do passado) quanto potencial eventos futuro para identificar riscos e análise de cenários.
12. Existe uma matriz de riscos, onde são apresentados os tipos de riscos, a probabilidade das ocorrências e impactos desses riscos, a identificação de ações para evitar esses riscos e os responsáveis por essas ações.
13. Existe a identificação e tratamento dos riscos identificados. Quais sejam, evitando, aceitando, compartilhando ou reduzindo estes riscos.
14. As práticas de gerenciamento de riscos utilizadas no Município são capazes de promover a redução de custos por meio do desenvolvimento de sinergias entre unidades e departamentos da prefeitura.
15. A gerência de riscos é estimulada pela alta gestão e reconhecida com algum tipo de estímulo/recompensa.

Revisão

16. Existem mecanismos de avaliação contínua (monitoramento através de reuniões, relatórios, etc.) da qualidade do sistema de gerenciamento de risco, a fim de obter feedback sobre a eficácia do gerenciamento de riscos.
17. Existe protocolo de comunicação para que as deficiências encontradas no monitoramento dos riscos sejam comunicadas aos níveis superiores do Município.

Informação, Comunicação e Reporte

18. Com a utilização das ferramentas de gerenciamento de riscos no Município, as leis e os regulamentos aplicáveis são cumpridos com mais facilidade (conformidade).
19. A comunicação da importância e pertinência do gerenciamento de riscos eficaz é transmitida pela alta administração aos demais gestores da Instituição.

20. Há um canal de comunicação com os cidadãos para denúncias sobre corrupção, lavagem de dinheiro ou outros ilícitos.

APÊNCIDE B

Município	Nível de Transparência 2018	Nível de Transparência 2020
ABREU E LIMA	Insuficiente	Moderado
	0.49	0.71
ALAGOINHA	Desejado	Moderado
	0.78	0.62
BELO JARDIM	Desejado	Desejado
	0.75	0.87
BEZERROS	Desejado	Moderado
	0.87	0.72
BREJO DA MADRE DE DEUS	Desejado	Desejado
	0.97	0.85
CABO DE SANTO AGOSTINHO	Desejado	Moderado
	0.84	0.60
CACHOEIRINHA	Desejado	Moderado
	0.83	0.73
CAMARAGIBE	Desejado	Desejado
	0.91	0.77

CAPOEIRAS	Desejado	Desejado
	0.82	0.75
CARUARU	Desejado	Desejado
	0.89	0.94
CHÃ DE ALEGRIA	Moderado	Moderado
	0.71	0.62
CHÃ GRANDE	Moderado	Desejado
	0.70	0.83
GLÓRIA DO GOITÁ	Desejado	Moderado
	0.75	0.70
GRAVATÁ	Desejado	Desejado
	0.90	0.98
IGARASSU	Desejado	Moderado
	0.84	0.73
IPOJUCA	Desejado	Desejado
	0.78	0.87
ITAMARACÁ	Desejado	Desejado
	0.86	0.79
ITAPISSUMA	Desejado	Moderado
	0.91	0.64
JABOATÃO DOS GUARARAPES	Desejado	Desejado
	0.94	0.84
JATAÚBA	Crítico	Moderado
	0.02	0.60
MORENO	Desejado	Moderado
	0.79	0.74
OLINDA	Desejado	Desejado
	0.89	0.75
PAULISTA	Desejado	Moderado
	0.82	0.55
PESQUEIRA	Crítico	Moderado
	0.23	0.64
POÇÃO	Desejado	Moderado
	0.82	0.73
POMBOS	Moderado	Desejado
	0.62	0.82
RECIFE	Desejado	Desejado
	0.93	0.86
RIACHO DAS ALMAS	Desejado	Moderado
	0.92	0.74
SANHARÓ	Insuficiente	Moderado
	0.39	0.70
SÃO BENTO DO UNA	Desejado	Desejado
	0.85	0.96
SÃO CAETANO	Desejado	Desejado
	0.87	0.78
SÃO LOURENÇO DA MATA	Desejado	Desejado

	0.87	0.87
TACAIMBÓ	Moderado	Moderado
	0.65	0.65
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	Moderado	Moderado
	0.72	0.60